

## Índice

1.	Introdução .....	7
1.	Justificação do tema do presente relatório .....	9
2.	A finalidade do concurso para Professor Associado, a razão de ser e função do relatório e seu peso específico. A interpretação como problema normativo e o comprometimento do pensamento jurídico com o próprio Direito enquanto aspectos insubstituíveis da equação a resolver .....	19
<b>PARTE I</b>		
<b>O ENSINO DOS DIREITOS REAIS</b>		
1.	Introdução. Periodificação, generalidades .....	59
2.	A pré-codificação .....	64
2.1.	A reforma pombalina e a recepção do jusracionalismo .....	64
2.2.	Os juristas desta época .....	72
2.2.1.	PASCOAL DE MELLO FREIRE .....	72
2.3.	RICARDO RAYMUNDO NOGUEIRA, FRANCISCO COELHO DE SOUSA E SAMPAIO, VICENTE CARDOZO DA COSTA, MANUEL DE ALMEIDA E SOUSA (LOBÃO), BORGES CARNEIRO E JOSÉ HOMEM CORREIA TELLES .....	82
2.3.1.	De 1836 a 1867 .....	98
2.3.2.	Considerações gerais .....	98
2.3.3.	COELHO DA ROCHA .....	100
2.3.4.	LIZ TEIXEIRA .....	110
2.3.5.	BANDEIRA DE NEIVA e JOSÉ RUAS .....	114
3.	A codificação do Direito Civil e a exegese (de 1867 a 1903) .....	117
3.1.	O Código Civil de 1867 .....	117
3.2.	Organização dos estudos jurídicos. Considerações gerais .....	122
3.3.	O ensino exegético .....	123
3.4.	JOSÉ AUGUSTO SANCHES DA GAMA .....	130
3.5.	ANTÓNIO PEREIRA JARDIM .....	139

3.6.	LOPES PRAÇA .....	144
3.7.	GUILHERME MOREIRA .....	146
3.8.	TEIXEIRA DE ABREU .....	147
3.9.	Outras manifestações da influência da exegese napoleónica: SILVA BRUSCHY, DIAS FERREIRA, ABEL DE ANDRADE e CUNHA GONÇALVES .....	150
4.	Da recepção do pandectismo (1903) até à autonomização da Cadeira de Direitos Reais em Coimbra (1920-1921) e em Lisboa (1923-1925) .....	155
4.1.	A viragem do início do século XX: GUILHERME MOREIRA e as reformas de 1901 e de 1911 .....	155
4.1.1.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Coimbra ...	155
4.1.1.1.	GUILHERME MOREIRA .....	164
4.1.1.2.	JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO (Coimbra) .....	170
4.1.1.3.	Os Direitos Reais no âmbito da 3.ª Cadeira – Noções gerais e elementares das Instituições de Direito Civil .....	172
4.1.2.	A instituição da Faculdade de Direito de Lisboa .....	184
4.1.2.1.	Introdução .....	184
4.1.2.2.	ABRANCHES FERRÃO .....	187
4.1.2.3.	O ensino dos Direitos Reais no curso de Direito Civil desenvolvido (remissão) .....	191
4.1.2.4.	O ensino dos Direitos Reais na cadeira de Noções Gerais e Elementares das Instituições de Direito Civil (remissão) .....	192
5.	A criação da disciplina dos Direitos Reais .....	193
5.1.	Introdução: a autonomização da disciplina em Coimbra em 1920-1921, as reformas de 1923 e de 1928 e a revisão do Código Civil de 1930 ..	193
5.2.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Coimbra ..	196
5.2.1.	GUILHERME MOREIRA .....	199
5.2.2.	MANUEL RODRIGUES .....	201
5.2.3.	MÁRIO DE FIGUEIREDO .....	220
5.2.4.	TEIXEIRA DE ABREU .....	220
5.2.5.	PIRES DE LIMA (remissão) .....	229
5.2.6.	O ensino dos Direitos Reais no âmbito da 1.ª Cadeira de Direito Civil (Noções Gerais e Elementares e – posteriormente – Noções Fundamentais) .....	230
5.2.6.1.	JOSÉ BELEZA .....	230
5.2.6.2.	MANUEL RODRIGUES (remissão) .....	232
5.2.6.3.	VAZ SERRA .....	232
5.2.6.4.	CABRAL DE MONCADA .....	234
5.3.	A Faculdade de Direito de Lisboa .....	237
5.3.1.	Introdução .....	237
5.3.2.	CARNEIRO PACHECO .....	240
5.3.3.	JOSÉ TAVARES .....	242

5.3.4.	PEDRO MARTINS .....	250
5.3.5.	JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO (Lisboa) e o seu ensino dos Direitos Reais no âmbito da 1.ª Cadeira de Direito Civil (Obrigações) e do Curso de Direito de Civil desenvolvido .....	252
5.3.6.	O ensino dos Direitos Reais por CAEIRO DA MATA no quadro da disciplina de Direito Civil desenvolvido .....	255
5.3.7.	O ensino dos Direitos Reais na 1.ª Cadeira de Direito Civil – Noções Gerais e Elementares de Direito Civil (remissões) .....	256
6.	De 1935-1936 ao Código Civil de 1966 .....	258
6.1.	Introdução. O dualismo COIMBRA/LISBOA. A reforma de 1945 e a tentativa de elevação da disciplina de Direitos Reais a cadeira anual... ..	258
6.2.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Coimbra ..	263
6.2.1.	PIRES DE LIMA .....	267
6.2.2.	FERRER CORREIA e EDUARDO CORREIA .....	288
6.2.3.	ANTUNES VARELA .....	289
6.2.4.	HENRIQUE MESQUITA (remissão) .....	292
6.3.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Lisboa ...	293
6.3.1.	Introdução .....	293
6.3.2.	JAIME DE GOUVEIA .....	298
6.3.3.	LUÍS PINTO COELHO .....	311
6.3.4.	PAULO CUNHA .....	341
6.3.5.	GOMES DA SILVA .....	348
6.3.6.	PALMA CARLOS .....	358
6.3.7.	DIAS MARQUES .....	362
6.3.8.	OLIVEIRA ASCENSÃO (remissão) .....	371
7.	A segunda codificação e a evolução subsequente .....	372
7.1.	A entrada em vigor do Código Civil .....	372
7.2.	As alterações do plano de curso de 1972, de 1975 e 1977, 1983 (FDL), 1989 (FDC), 2003 e 2006 da (FDL e FDC) correspondente este último ao chamado processo de Bolonha .....	380
7.3.	O ensino do Direito das Coisas e a revolução de 25 de Abril (1974- -1977) .....	389
7.4.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Coimbra ...	400
7.4.1.	ORLANDO DE CARVALHO .....	403
7.4.2.	HENRIQUE MESQUITA .....	409
7.4.3.	MOTA PINTO .....	417
7.4.4.	JOSÉ ANTÓNIO DE FRANÇA PITÃO .....	422
7.4.5.	SANTOS JUSTO .....	423
7.5.	O ensino dos Direitos Reais na Faculdade de Direito de Lisboa ...	428
7.5.1.	OLIVEIRA ASCENSÃO .....	434
7.5.2.	MENEZES CORDEIRO .....	463

7.5.3.	ANTÓNIO PINTO DUARTE .....	483
7.5.4.	LIMA ARAÚJO .....	491
7.5.5.	CARDOSO MOTA .....	496
7.5.6.	EDUARDO DOS SANTOS .....	499
7.5.7.	DIAS MARQUES .....	505
7.5.8.	PEDRO ROMANO MARTINEZ .....	509
7.5.9.	JANUÁRIO GOMES .....	511
7.5.10.	ANA PAULA COSTA E SILVA .....	516
7.5.11.	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA .....	519
7.6.	O ensino dos Direitos Reais noutras Faculdades de Direito nacionais ..	523
8.	O ensino dos Direitos Reais no estrangeiro .....	532
8.1.	Introdução .....	532
8.2.	O ensino dos Direitos Reais na Universidade EDUARDO MONDLANE (Moçambique) .....	532
8.3.	O ensino dos Direitos Reais na Alemanha .....	535
8.4.	Os Direitos Reais em Espanha .....	538
8.5.	O ensino dos Direitos Reais em França .....	541
8.6.	O ensino dos Direitos Reais em Itália .....	546
<b>PARTE II</b>		
<b>PROGRAMA, CONTEÚDO E MÉTODOS</b>		
1.	Opções científico-pedagógicas e metodológicas .....	551
1.1.	Teoria geral ou fundamental estruturação da disciplina em torno de cada direito real em especial .....	551
1.2.	O carácter cultural e a dimensão histórica do Direito .....	578
1.3.	A revisão da teoria das fontes de Direito e sua importância ao nível da compreensão da tarefa da dogmática jurídica. O relevo do Direito jurisprudencial .....	601
2.	Métodos de ensino, programa e conteúdo (justificação complementar) ..	623
3.	A implementação do programa proposto no quadro do novo regula- mento de avaliação. O funcionamento das aulas plenárias e das aulas de orientação. Os métodos de avaliação .....	633
4.	Programa e conteúdos .....	651
4.1.	Considerações preliminares .....	651
4.2.	O concreto programa e conteúdos propostos .....	653
5.	Calendarização das aulas e elementos de estudo .....	665
	Bibliografia .....	667
	Outras fontes .....	724
	Índice de jurisprudência .....	734